

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2004

Altera o art. 347 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, estabelecendo nova ca.usa de aumento da pena se a fraude processual é praticada por funcionário público com infração de dever funcional, além de outras modificações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 347 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 347.**

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º Se a inovação destina-se a produzir efeito em inquérito ou processo penal, ainda que não iniciado:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

§ 2º A pena aumenta-se de um sexto a um terço se o crime é praticado por funcionário público com infração de dever funcional. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senador VALMIR AMARAL
PMDB DF

JUSTIFICAÇÃO

Um dos primados do Estado Democrático de Direito é o chamado *princípio da ampla defesa*. No entanto, mesmo o reconhecimento de um princípio tão importante não ocorre de forma absoluta, já que o acusado não pode alterar ou modificar o estado de lugar, coisa ou pessoa, retirando ou introduzindo falsos elementos probatórios, de modo a induzir a erro o juiz ou perito. Por essa razão, a lei penal pune a fraude processual (art. 347 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), classificando-a entre os *Crimes Contra a Administração da Justiça*. Estabelece-se, assim, acertadamente, uma distinção entre o direito à ampla defesa e a fraude processual.

Ocorre que a lei penal vigente não prevê causa de aumento da pena quando o crime é praticado por funcionário público com infração de dever funcional. Entendemos que, nessa situação, a exasperação da pena concorrerá para coibir a ação de funcionários públicos que, aproveitando-se de sua posição, modificam os elementos de prova em seu benefício pessoal ou de outrem, ou seja, a condição de funcionário público é utilizada para garantir a própria impunidade ou a de terceiros.

Complementarmente, a presente proposta traz outras adaptações e aperfeiçoamentos: a) eleva a pena mínima do crime de fraude processual (de três meses para seis meses; e b) transforma a causa de aumento da pena prevista no parágrafo único do art. 347 do CP em qualificadora, estabelecendo a pena de reclusão de um a três anos se a inovação destina-se a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado. Com isso, esperamos contribuir para o aperfeiçoamento da legislação penal, considerando o alto grau de reprovação social da fraude processual praticada por funcionário público.

Sala das Sessões,

Senador VALMIR AMARAL
PMDB DF